

MAPEAMENTO DE PPPS: MATERIAL DIDÁTICO

VERÔNICA RODRIGUES DE LIMA¹; LUIS EDUARDO DOS SANTOS CELENTE²;
MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO³

¹Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPeI – superveronica90@gmail.com

²Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPeI – luisecelente@gmail.com

³Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPeI – cossiofatima13@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa “Mapeamento de Parcerias Público-Privadas em Educação nos Municípios do Estado do RS” está sendo desenvolvido no período de 2019 a 2023 pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais da Universidade Federal de Pelotas (NEPPE/UFPeI), coordenado pela professora doutora Maria de Fátima Cósio em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Seu objetivo é a criação de um banco de dados com informações dos 497 municípios e eventuais parcerias, convênios, acordos e/ou contratos com agentes privados dentro de quatro eixos específicos de estudos – aquisição de material didático e/ou sistemas apostilados, consultoria em gestão, oferta de vagas na educação infantil e formação de professores –, além de outras parcerias, a fim de facilitar o acesso a tais informações por gestores, pesquisadores e interessados.

A privatização da educação e a compra de sistemas apostilados ou materiais didáticos têm sido temas de grande debate em muitos países ao redor do mundo. No Brasil é um mercado em expansão, visto que as escolas privadas existentes já possuem seus materiais, as empresas voltaram sua atenção nos últimos anos para as escolas públicas. Enquanto alguns argumentam que essas práticas podem melhorar a qualidade do ensino, outros estão preocupados com os potenciais impactos negativos na equidade e na qualidade da educação pública.

Observa-se, portanto, a ampliação das parcerias entre o setor privado e as prefeituras municipais, no que se refere ao fenômeno da privatização da educação, o qual relaciona-se à transferência de parte da responsabilidade educacional do governo para instituições privadas, geralmente com o argumento de obter um melhor desempenho em nível nacional.

2. METODOLOGIA

O estudo em questão se originou a partir da pesquisa iniciada em 2019 pelo NEPPE/UFPeI, em colaboração com o Grupo de Pesquisa em Redefinições Público-privadas em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GPRPPE/UFRGS) e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Seu propósito principal era identificar parcerias público-privadas no estado do Rio Grande do Sul, abordando quatro áreas específicas – este trabalho irá focar no eixo da aquisição de materiais didáticos. Essa pesquisa foi feita por meio da análise de fontes oficiais das redes municipais de ensino do estado, bem como de informações disponíveis em redes sociais das prefeituras, durante o período compreendido entre os anos de 2017 e 2020.

A abordagem de Etnografia de Rede, conforme apresentada por Ball (2014), foi empregada para coletar e utilizar informações provenientes de ambientes de

redes sociais virtuais. Essa metodologia permitiu mapear os relacionamentos que influenciam as redes políticas, as quais, segundo o autor, representam uma forma emergente de organização social. Nas redes políticas, atores compartilham interesses econômicos comuns, colaborando para resolver questões sociais e estabelecendo uma nova forma de gestão conhecida como Nova Gestão Pública - NGP.

Além disso, este estudo adota uma abordagem qualitativa, na perspectiva crítica e quantitativa, por meio da coleta de dados. Utilizando o banco de dados desenvolvido pelo NEPPE como parte da pesquisa, busca-se identificar quantos municípios estabeleceram PPPs e, dentre esses, quais firmaram parcerias na área específica. Após a coleta inicial de dados, o estudo visa avaliar a representatividade desses municípios em um contexto mais amplo e, em seguida, analisar os resultados alcançados por meio dessas parcerias público-privadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da pesquisa, localizaram-se 31 municípios que firmaram e noticiaram parcerias com empresas privadas no eixo específico da aquisição de materiais didáticos. Estes municípios, por sua vez, totalizaram 37 termos de parceria, contrato, convênio e/ou acordo.

O município de General Câmara, no Vale do Rio Pardo, sob gestão do Partido Progressista (PP) no ano de 2018, firmou um contrato com a Editora Positivo no valor de R\$160.000,00, a fim de “potencializar a qualidade do ensino, mudando a realidade e melhorando o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)”.

A Editora Positivo, além desta parceria, firmou outros sete contratos, sendo o parceiro de maior representatividade no eixo. O município de Santa Bárbara do Sul, por exemplo, contratou a iniciativa privada duas vezes no período da pesquisa – uma em 2017 e uma em 2020.

Uma das justificativas das prefeituras para aquisição desses materiais é a melhoria dos resultados das instituições escolares nas avaliações externas, as quais compõem o índice do IDEB. A busca incessante pela melhoria da qualidade da educação vinculada a resultados, remete à perspectiva de reduzir o currículo e o processo pedagógico ao treino dos estudantes para realização das avaliações externas.

4. CONCLUSÕES

A compra desses sistemas apostilados vêm crescendo em substituição aos livros adquiridos pelo governo federal (PNLD). É importante destacar que esses materiais não passam por nenhum tipo de avaliação oficial, diferente do que acontece com os livros didáticos, que passam por escrutínio técnico, para só então compor um guia, que permite a apreciação e a escolha, que é feita pelos professores das redes públicas de ensino.

Defensores desse modelo argumentam que a compra de sistemas apostilados pode trazer eficiência à gestão escolar, uma vez que elimina a necessidade de criar currículos e materiais didáticos exclusivos para cada escola. Além disso, a padronização dos materiais pode garantir que todos os alunos tenham acesso ao mesmo conteúdo. Por outro lado, a compra de sistemas apostilados pode criar uma dependência das escolas em relação às empresas fornecedoras desses materiais, reduzindo a autonomia das escolas e dos

professores na escolha de recursos educacionais mais adequados às necessidades dos alunos.

Essa interferência na prática pedagógica do professor em sala de aula, causada pela adoção dos sistemas apostilados, interfere e por vezes impossibilita o planejamento pedagógico do docente, já que normalmente aliado ao material adquirido vem um roteiro para ser cumprido e uma assessoria para aplicação dos materiais, de modo a garantir sua aplicabilidade, estabelecendo tempos, metodologia e, por fim, controle sobre o trabalho docente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J. **Educação Global S.A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

NEPPE, UFPEL. **Pesquisa Mapeamento das Parcerias público-privadas nos municípios do Estado do RS**.
<https://wp.ufpel.edu.br/neppe/pesquisas/mapeamento-das-parcerias-publico-privadas/>